



**PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA:  
PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL**

**PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BECAS DE INICIACIÓN DOCENTE:  
PARÁMETROS DE EVALUACIÓN E INSERCIÓN PROFESIONAL**

**INSTITUTIONAL PROGRAM OF TEACHING INITIATION SCHOLARSHIPS:  
EVALUATION PARAMETERS AND PROFESSIONAL INSERTION**

*Cleber Ori Cuti Martins<sup>1</sup>*

**RESUMO**

Este estudo analisa os dados sobre a avaliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. O trabalho considera a estrutura e instrumentos de avaliação, relacionando-os com os objetivos da política pública, no sentido de verificar a ocorrência de aproximação entre as metas e os resultados. De forma específica, são examinadas as informações acerca da inserção profissional dos egressos enquanto parâmetro de avaliação. O percurso metodológico inclui, tendo como base os relatórios técnicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior sobre a constituição do processo de avaliação do Pibid, cujas características e dados integram os procedimentos e instrumentos utilizados (visitas técnicas, participação nos eventos organizados pelos diversos programas, formulários respondidos e preenchidos pelos/as participantes (coordenadores/as institucionais e de gestão, de área, supervisores/as e bolsistas de iniciação à docência). Os resultados apontam que os mecanismos e estruturas de avaliação e de mensuração articulada entre objetivos e resultados são pouco efetivos no

---

<sup>1</sup> Professor de Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Ciência Política (PPG em Ciência Política - Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Ciência Política (NPCP/UFSM). E-mail: cleber.martins@ufsm.br



acompanhamento dos egressos, questão relevante à avaliação da política pública. Os relatórios não apresentam indicadores abrangentes para analisar a política sob essa perspectiva. Não se verifica a existência de instrumentos efetivos e permanentes de acompanhamento e identificação dos/as discentes após sua graduação. Os dados indicam resultados positivos do Pibid nas escolas, nos cursos de licenciatura e na própria formação profissional dos/as discentes. Entretanto, as informações relativas à inserção profissional dos egressos na Educação Básica dificultam a mensuração mais efetiva quanto ao exercício profissional nas escolas.

**Palavras-chaves:** Pibid. Egressos/as. Avaliação. Políticas Públicas.

## RESUMEN

Este estudio analiza datos sobre la evaluación del Programa Institucional de Becas de Iniciación Docente. El trabajo considera la estructura e instrumentos de evaluación relacionándolos con los objetivos de la política pública, en el sentido de verificar la ocurrencia de aproximación entre las metas y los resultados. En concreto, se examina como parámetro de evaluación la información sobre la inserción profesional de los egresados. La ruta metodológica comprende, con base en los informes técnicos de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior sobre la constitución del proceso de evaluación Pibid, cuyas características y datos integran los procedimientos e instrumentos utilizados (visitas técnicas, participación en eventos organizados por las distintas programas, formularios respondidos y llenados por los participantes (coordinadores institucionales, de gestión y de área, supervisores y becarios de iniciación a la docencia) los resultados son ineficaces en el seguimiento de egresados, tema relevante para la evaluación de políticas públicas. Los informes no presentan indicadores para analizar la política desde esta perspectiva. No se evidencia la existencia de instrumentos efectivos y permanentes para el seguimiento e identificación de los estudiantes después de su graduación. resultados positivos de Pibid en las escuelas, en los cursos de pregrado y en la formación profesional de los estudiantes. Sin



embargo, la información sobre la inserción profesional de los egresados dificulta una medición más efectiva en términos de práctica profesional en la Educación Básica.

**Palabras clave:** Pibid. Estudiantes graduados. Evaluación. Políticas públicas.

## **ABSTRACT**

This study analyzes data on the evaluation of the Institutional Scholarship Program for Teaching Initiation. The work considers the structure and evaluation instruments relating them to the objectives of the public policy, in the sense of verifying the occurrence of approximation between the goals and the results. Specifically, information about the professional insertion of graduates is examined as an evaluation parameter. The methodological path includes, based on the technical reports of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel on the constitution of the Pibid evaluation process, whose characteristics and data integrate the procedures and instruments used (technical visits, participation in events organized by the various programs, forms answered and filled in by the participants (institutional, management and area coordinators, supervisors and scholarship holders for teaching initiation). of graduates, an issue relevant to the evaluation of public policy. The reports do not present comprehensive indicators to analyze the policy from this perspective. There is no evidence of the existence of effective and permanent instruments for monitoring and identifying students after graduation. The data indicate Resu positive results of Pibid in schools, in undergraduate courses and in the professional training of students. However, information regarding the professional insertion of graduates in Basic Education makes it difficult to measure more effectively in terms of professional practice in schools.

**Keywords:** Pibid. Egressed students. Evaluation. Public Policies.

## **1. INTRODUÇÃO**

Criado em 2007, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) é uma política pública na área de educação voltada para a qualificação dos/as futuros/as professores/as da área de licenciatura. O Programa visa criar condições para o

aprimoramento da formação dos/as futuros/as profissionais docentes, reduzir a evasão nos cursos de licenciatura e aproximar as instituições de Ensino Superior das instituições responsáveis pelo Ensino Médio.

O Pibid se estrutura a partir do fornecimento de bolsa remunerada para estudantes de graduação, docentes universitários/as e das escolas públicas do Ensino Médio, buscando aproximar as relações entre teoria e prática, além de ampliar a inserção dos futuros profissionais na compreensão da carreira docente.

Este artigo examina, a partir dos relatórios oficiais, os mecanismos de avaliação utilizados, ao longo da implementação, para detectar a aproximação entre os objetivos e a efetivação da política pública. A avaliação, de forma mais específica, é abordada considerando a mensuração dos dados relativos ao acompanhamento dos/as egressos/as do Pibid.

O Programa é analisado observando as etapas que envolvem os objetivos, implementação e avaliação, incluindo o desenho da política pública, especialmente em relação aos processos avaliativos. A análise se sustenta nos relatórios de gestão, o principal deles publicado em 2013 (incluindo o período 2009 a 2013), o de 2017 (com dados relativos ao custeio de bolsas); Relatório de Gestão DEB 2009-2017 (volumes I e II), publicados em 2018; e o documento "Um Estudo Avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)", publicado pela Fundação Carlos Chagas em 2014.

O percurso metodológico utilizado inclui, tendo como base os relatórios técnicos, a constituição do processo de avaliação do Pibid, cujas características e dados integram os procedimentos e instrumentos utilizados, especificamente o levantamento de dados sobre o Programa (visitas técnicas, participação nos eventos organizados pelos diversos programas, formulários respondidos e preenchidos pelos/as participantes (coordenadores/as institucionais e de gestão, coordenadores/as de área, supervisores/as e bolsistas de iniciação à docência). A sistematização das respostas se deu pela Coordenação Geral do Pibid e consultoria externa.



A avaliação, nos documentos oficiais, se constitui considerando como parâmetros os impactos do Programa no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) das escolas participantes, nos cursos de licenciatura e nas escolas, além do acompanhamento dos egressos do Programa.

Os dados integram os documentos publicados pela agência financiadora do Programa, a Coordenação para o Aperfeiçoamento do Ensino Superior (Capes), levando em conta as variáveis relativas ao número de instituições de ensino participantes, bolsistas, escolas envolvidas, recursos financeiros.

Em termos teóricos, são apresentadas algumas considerações relativas às políticas públicas e, sobretudo, aos processos de avaliação, a partir das abordagens de LYNN, 1980; PETERS, 1986; LASWELL, 1958; MOKATE, 2002; ARRETICHE, 1998; FARIA, 2005; DERLIEN, 2001; HOWLLET, RAMESH E PERL, 2013 e ALA-HARJA E HELGASON, 2000. As questões voltadas para os processos de avaliação giram em torno da relação entre objetivos e resultados da política pública, considerando o seu desenvolvimento no processo de implementação.

Este artigo se encontra estruturado em três partes. Na primeira, A avaliação a partir da implementação e dos resultados, são feitas algumas considerações teóricas sobre o processo de avaliação de políticas públicas. A segunda parte, Princípios e implementação do Pibid, trata dos objetivos do Programa e suas características voltadas para a implementação. Na sequência, em A estrutura e resultados do processo avaliativo, é apresentada uma análise sobre a avaliação do Pibid, relacionada com os seus princípios norteadores.

## **2. A AVALIAÇÃO A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO E DOS RESULTADOS**

O processo de implementação das políticas públicas possui como base quatro elementos. O primeiro trata da questão do desenho e planejamento das políticas públicas. A seguir, estabelece o tipo de regulação das decisões, elaboração e implementação. O terceiro elemento é formado pelo tipo de processo decisório e, por fim, quais os objetivos das políticas públicas. Contexto vinculado aos seus conceitos, sendo três deles relevantes

para compreender a questão no Brasil: ações do governo que produzirão efeitos específicos (LYNN, 1980); atividades dos governos, os quais agem por si ou via delegação, influenciando a vida dos cidadãos (PETERS, 1986) e decisões e análises sobre política pública estão ligadas às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que impacto causa (LASWELL, 1958).

Em grande parte, essas abordagens têm o sentido de indicar um entendimento das políticas públicas a partir das ações governamentais (ideias, planejamento, implementação, objetivos e avaliação) e nos impactos e causas das políticas públicas. Por decorrência, ganha ênfase o estabelecimento de três elementos relevantes: os interesses, os beneficiados e os prejudicados. O papel da política pública, nesse sentido, estabelece-se enquanto fator de solução de problemas, ou seja, como um caminho a ser seguido envolvendo as demandas e a capacidade de transformá-las em agenda, o desenho de uma questão ou problema a ser resolvido.

Também ganha relevo a disputa em torno de ideias e interesses, em parte vinculada aos segmentos e grupos sociais. Contexto que leva em conta a função exercida pelos governos enquanto indutores das políticas públicas. O processo de formulação das políticas públicas, assim, está ligado, em larga medida, à conversão, pelos governos, de intenções em programas e ações, que podem ser oriundos da sociedade ou do próprio governo.

Há, portanto, um processo complexo de definição das políticas públicas, envolvendo o papel do governo, os grupos de interesse e grupos sociais organizados e mobilizados. Argumentação que define uma relação, em larga medida, causal, entre os objetivos, a implementação e a avaliação da política.

Os processos de avaliação das políticas públicas, conseqüentemente, consubstanciam elementos essenciais a sua implementação. Ao mesmo tempo, a avaliação tende a pressupor definições prévias de caráter valorativo (MOKATE, 2002). Contexto que implica o estabelecimento de mecanismos de inter-relação entre os princípios que norteiam a política pública, sua implementação e a conexão com os

resultados, junto com outros fatores que influenciam a formulação e a própria implementação.

A relação direta, em grande parte, entre objetivos e resultados (ALA-HARJA E HELGASON, 2000), permite o cruzamento dos dados obtidos pelos resultados e efeitos da política pública com as suas metas iniciais. Situação que torna necessário o estabelecimento de instrumentos e formas objetivas de aferição dos resultados, questão, nessa argumentação, essencial para a avaliação em si e durante o processo de implementação. Em outras palavras, os resultados e os efeitos das políticas públicas são avaliados, de forma permanente, a partir dos seus objetivos e da definição de metas. Ou seja, a finalidade da política pública, observada de um ponto de vista mais operacional, está vinculada de forma direta a uma relação entre objetivos e resultados, com a avaliação, durante o processo de implementação, inclusive, podendo indicar eventuais correções de rumo.

Argumentação que, levando em conta os parâmetros que envolvem a informação, realocação e legitimação (DERLIEN, 2001), define que o conjunto de procedimentos avaliativos tenham uma complexidade maior, no sentido de, ao incorporar outros elementos que, ao longo do tempo, impactam a implementação.

A busca de informação implica no levantamento de dados voltados para o aprimoramento da política, enfatizando dados pra eventuais correções de rumo e significando o retorno em relação à implementação. Os parâmetros de realocação e legitimação possuem relação mais próxima com a racionalização dos processos, principalmente dos recursos orçamentários, e com a justificativa legitimadora das políticas, contexto ligado à sua necessidade e resultados (DERLIEN, 2001).

Parte da discussão teórica sobre a avaliação de políticas públicas encontra-se centrada na eficácia, eficiência e efetividade (ARRETICHE, 1998). Questões que, em larga medida, buscam estabelecer parâmetros avaliativos a partir dos objetivos, abordagens e, por fim, os procedimentos metodológicos e as técnicas de avaliação. Sem desconsiderar as bases das definições acerca da eficácia, eficiência e efetividade.

As dificuldades para estabelecer a avaliação das políticas públicas, por outro lado, envolvem a complexidade do processo e formas de mensuração em relação à sua efetividade (ARRETCHE, 1998). A argumentação tem como base procedimentos que possuem um grau elevado de incertezas e ambiguidades, contextualizados por disputas entre grupos sociais variados e, também, no interior do Estado. Por decorrência, cria-se uma dificuldade de coordenação, atingindo todas as etapas da política pública e gerando obstáculos para relacionar objetivos, implementação e resultados. Em consequência, o desenho inicial acaba passando por mudanças, em grande parte, causadas pelas permanentes disputas e pelos problemas de coordenação (ARRETCHE, 1998).

A avaliação, do ponto de vista da gestão pública, possui cinco tipos (HOWLLET, RAMESH E PERL, 2013), os quais envolvem os métodos organizacionais voltados para a execução; a relação entre o que os governos mobilizam para a política pública e os possíveis resultados, ou seja, se a ação desenhada é condizente com tudo que envolve o processo de desenho e implementação; o estabelecimento de índices de mensuração de desempenho, os quais não ficam restritos aos objetivos iniciais, envolvendo, também, resultados que possam surgir; a eficiência, no sentido de verificar se o nível de mobilização e investimento não poderia ser menor diante dos resultados, isto é, se os mesmos objetivos não poderiam ser atingidos a um custo menor; e a eficácia, a qual deve ser avaliada estabelecendo uma aproximação comparativa entre os objetivos e os resultados.

Portanto, mesmo considerando que a avaliação, enquanto procedimento e análise, não se restrinja aos aspectos voltados para os objetivos, implementação e resultados (FARIA, 2005), também estabelecendo como critérios questões voltadas para os ganhos, e eventuais prejuízos políticos, para governos e agentes políticos. A consideração dos aspectos mais gerenciais, como eficiência e eficácia, enquanto fatores da avaliação, desta forma, pode não ser o critério central predominante, sendo, de alguma forma, substituído pelos resultados políticos.

A argumentação aqui desenvolvida conduz a uma análise do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência voltada para relacionar os seus objetivos



com os processos de avaliação, especialmente na questão da melhoria da formação docente direcionada para a Educação Básica. Não obstante os aspectos variados produzidos pelo Pibid, a análise está focada nos resultados relativos à presença dos egressos do Programa nas escolas. Com isso, busca-se definir as características da operacionalização da avaliação durante a implementação.

### **3. PRINCÍPIOS E IMPLEMENTAÇÃO DO PIBID**

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência tem como ideia central aprimorar o processo de formação de docentes para a Educação Básica. Para tanto, se estrutura a partir da concessão de bolsas para que discentes dos cursos de licenciatura desenvolvam atividades de caráter pedagógico em escolas públicas, os quais são orientados por coordenadores de área (docentes das licenciaturas) e por supervisores, docentes das respectivas escolas, os quais também recebem bolsas. Com isso, a política pública visa propiciar a integração entre teoria e prática, criando condições para aproximar as universidades das escolas, estabelecendo como finalidade aprimorar a qualidade da educação no Brasil.

Inicialmente, o Programa, lançado em 2007, estabeleceu como prioritárias as áreas de Física, Química, Biologia e Matemática, todas no Ensino Médio, sob o argumento de havia um déficit de docentes nessas disciplinas. Em 2009, há uma primeira expansão do Pibid, o qual incorporou a Educação Básica como um todo, incluindo a educação para jovens e adultos, além de quilombolas, indígenas e educação do campo. Por decorrência, foram abertas possibilidades para o desenvolvimento de projetos em outras áreas, como Ciências Sociais, Filosofia e História.

A partir daí, o Programa passou a definir os níveis e as áreas levando em conta as demandas das instituições de ensino superior que passariam a integrar a política. Situação que passou a possibilitar a verificação das demandas das redes de ensino e mesmo as questões e contexto educacionais e sociais de cada município e região.

O desenho da política pública teve como elemento central a definição de VII princípios norteadores (Relatório de Gestão – 2009-2013, p. 30 e 31). O primeiro deles

define que o Pibid visa incentivar a formação de docentes em nível superior para a Educação Básica. Situação que estabelece, de forma objetiva, a ideia de qualificar o processo de formação dos futuros profissionais que exercerão a docência nos ensinos Médio e Fundamental.

Os demais princípios norteadores podem ser compreendidos como decorrentes do primeiro. Ou seja, todos conectam o processo de formação docente com a finalidade de estabelecer um direcionamento para o exercício profissional na Educação Básica. Se inserem nesse contexto os princípios voltados para a valorização do magistério e a promoção da integração entre educação superior e básica, propiciando melhorias na formação inicial nos cursos de licenciatura. Além disso, a política pública está assentada no princípio de inserção dos/as licenciando/as no cotidiano das escolas, abrindo a perspectiva do desenvolvimento e participação de experiências metodológicas e tecnológicas, estabelecendo condições para inovação, através de práticas didático-pedagógicas voltadas para tratar de questões e problemas vinculados ao ensino e aprendizagem.

Outro ponto relevante, integrante dos princípios norteadores, considera a aproximação escola e instituições universitárias, colocando os/as profissionais docentes da Educação Básica também como formadores dos/as futuras/os docentes, possuindo um papel na formação inicial. No mesmo sentido, há a definição da necessidade da busca de uma aproximação entre teoria e prática, contribuindo, na intenção, pela melhoria nas ações desenvolvidas pelos cursos de licenciatura, levando em conta a articulação com a escola e, portanto, com a realidade escolar.

Ou seja, o Pibid também tem como meta contribuir para a inserção dos/as estudantes em processo de formação para o exercício profissional do magistério na chamada cultura escolar, pela apropriação teórica e prática das questões que envolvem o trabalho docente.

#### **4. A ESTRUTURA E RESULTADOS DO PROCESSO AVALIATIVO**

O Pibid é acompanhado e avaliado pela Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, ligada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Entre os documentos disponíveis, o Relatório de Gestão – Pibid, publicado pela Capes em 2013, integrando o período 2009-2013, é o que apresenta de forma mais abrangente a estrutura e resultados dos processos de avaliação do Programa.

No mesmo sentido, foi publicado em setembro de 2014, o trabalho “Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)”, elaborado pela Fundação Carlos Chagas, definido como uma avaliação externa. No documento, são utilizados os dados e respostas produzidos pelos questionários e pelos relatórios oriundos do Programa.

A avaliação gerou o Documento Técnico, com a análise qualitativa das informações coletados nos formulários encaminhados aos coordenadores/as, dirigentes das instituições de Ensino Superior, no ano de 2012. Além disso, foi elaborado um documento contendo uma série de indicadores qualitativos e quantitativos relativos ao acompanhamento dos projetos e subprojetos do Pibid.

O documento estabelece que os instrumentos utilizados para o acompanhamento e avaliação são visitas técnicas, participação nos eventos organizados pelos diversos programas, levantamento de dados sobre os bolsistas e os resultados atingidos. Além disso, também houve a utilização de formulários, encaminhados via *Google Drive*, respondidos e preenchidos pelos participantes. Foram aplicados dois tipos de formulários. O primeiro destinado aos/as coordenadores/as institucionais e de gestão e o segundo para coordenadores/as de área, supervisores/as e bolsistas de iniciação à docência. A análise das respostas se deu pela Coordenação Geral do Pibid e consultores externos. Houve, ainda, a análise dos relatórios obrigatórios relativos às atividades desenvolvidas pelo Programa.

Quando o questionário foi aplicado, 195 instituições de ensino superior desenvolviam o Pibid, distribuídos em 288 projetos institucionais. Entre os coordenadores institucionais que receberam o formulário, 98% responderam (Relatório de Gestão 2009-



2013, p. 53), sendo que o número de respostas é superior ao de questões por decorrência de um mesmo coordenador responder por projetos desenvolvidos em campi diferentes na sua instituição. Foram, com isso, 356 respostas.

A avaliação, interna e externa, considera como parâmetros os impactos do Programa no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) das escolas participantes (embora tal situação não esteja entre os objetivos principais do Pibid), os impactos nos cursos de licenciatura e nas escolas, além do acompanhamento dos egressos do Programa.

Em relação aos impactos no Ideb, as respostas dos/as coordenadores/as institucionais indicam que em 40% das escolas participantes houve melhoria no índice.

Os efeitos do Programa nas escolas participantes (**Tabela 1** - Contribuição do Pibid nas escolas participantes) incluem a otimização no uso de bibliotecas e espaços de leitura (248 respostas), reabertura e melhoria da utilização de salas de mídias e informática (225), reabertura e melhoria da utilização de espaços de produção artística (207), reabertura e melhoria da utilização de laboratórios de ciências (205), melhorias na utilização de espaços esportivos e de lazer (149) e reabertura e melhorias da utilização de brinquedotecas e espaços de convivência (129) (Relatório de Gestão 2009-2013, p. 54).

**Tabela 1** - Contribuição do Pibid nas escolas participantes

<b>Contribuição</b>	<b>Respostas</b>	<b>(%)</b>
Otimização no uso de bibliotecas e espaços de leitura	248	69.6
Reabertura e melhoria da utilização de salas de mídias e informática	225	63.2
Reabertura e melhoria da utilização de espaços de produção artística (visual, musical, teatral, dança)	207	58.1
Reabertura e melhoria da utilização de laboratórios de ciências	205	57.5
Melhorias na utilização de espaços esportivos e de lazer	149	41.8
Reabertura e melhorias da utilização de brinquedotecas e espaços de convivência	129	36.2

Fonte: Elaboração própria a partir do Relatório de Gestão 2009-2013. N - 356 respostas. Consulta 2019.

As respostas indicam que as principais contribuições do Pibid se encontram na utilização e eventual renovação dos espaços escolares, em geral fora da sala de aula, aqui considerada de forma específica.

Em relação aos impactos do Programa nos cursos de licenciatura (**Tabela 2 - Impactos do Pibid nas licenciaturas**), as principais respostas dos/as coordenadores/as institucionais indicam que o mais destacado impacto é a maior aproximação entre teoria e prática, com 85 respostas. O aumento do envolvimento dos/as docentes nos cursos de licenciatura foi apontado por 65. Os/as coordenadores/as institucionais, em 45 menções para cada item, ressaltaram a utilização de tecnologia na formação docente e na redução da evasão nos cursos de licenciatura. A alteração nos projetos pedagógicos foi indicada por 41.

**Tabela 2 - Impactos do Pibid nas licenciaturas**

<b>Impactos</b>	<b>Respostas</b>	<b>(%)</b>
Aproximação entre teoria e prática	85	23.8
Aumento do envolvimento dos/as docentes nos cursos de licenciatura	65	18.2
Utilização de tecnologia na formação docente	45	12.6
Redução da evasão nos cursos de licenciatura	45	12.6
Alteração nos projetos pedagógicos	41	11.5

Fonte: Elaboração própria a partir do Relatório de Gestão 2009-2013. N - 356 respostas. Consulta 2019.

O perfil dos/as bolsistas foi elaborado a partir da aplicação de questionário aos/as coordenadores/as de área, supervisores/as e aos próprios bolsistas de iniciação à docência. Responderam 31.595 bolsistas de iniciação à docência, 4.559 supervisores e 2.778 coordenadores de área. (Relatório de Gestão 2009-2013, p. 57).

Em termos gerais, a avaliação aponta resultados positivos alcançados pelo Pibid. Todos giram em torno da aproximação das instituições de Ensino Superior com as escolas da Educação Básica. Os documentos, na sua construção de parâmetros teóricos, indicam



como um dos principais problemas da formação docente o distanciamento entre os cursos de licenciatura e as escolas. Ou seja, existe a necessidade, inserida nos princípios norteadores do Programa, de conectar teoria e prática. Situação que contribuiria de forma relevante pelo tipo de política pública desenvolvida, a qual estabelece processos voltados para assegurar a aproximação.

As questões mais críticas, também em termos gerais, indicam a importância da ampliação do Pibid e mesmo a sua permanência.

No mesmo sentido, o trabalho desenvolvido pela Fundação Carlos Chagas, concebe como maior risco à política as poucas possibilidades de acesso e manutenção na carreira profissional docente na Educação Básica. Por decorrência das dificuldades e obstáculos, incluindo número de vagas, plano de carreira, remuneração e condições de trabalho, a carreira no magistério torna-se pouco atrativa.

Por outro lado, a extensão do Programa se verificou. Em 2017, 72.720 bolsas destinaram-se para projetos de iniciação à docência, envolvendo 279 instituições de Ensino Superior e 5.578 escolas de Educação Básica. Em 2009, quando a política pública começou a ser implementada, foram 3.544 bolsas, número que, em 2010, subiu para 18.166; 32.188 em 2011; 57.252, em 2012 e 62.070 em 2013. Em 2017, 72.720 bolsas foram destinadas para projetos de iniciação à docência, que visaram à aproximação entre 279 instituições formadoras e 5.578 escolas de educação básica. Os projetos contemplaram 36 áreas de licenciatura e estiveram distribuídos em todas as unidades federativas.

Os resultados indicam que o Pibid, ao longo do tempo, se constituiu como um marco regulatório com forte característica de ação estratégica, responsável pelo enfrentamento da questão da melhoria do ensino nas escolas públicas, especificamente nas que apresentam desempenho baixo segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que mede, desde 2007, o desempenho estudantil das escolas da Educação Básica.

Na análise dos documentos, enquanto política pública de longo prazo, os dados identificam aspectos nos quais é possível verificar avanços, demonstrados pelos



indicadores, que apontam para um aprimoramento qualitativo na formação dos/as estudantes que participam do Programa, bem como na aproximação entre os cursos universitários e as escolas.

A partir dos dados, é possível inferir que há a formação de um corpo de estudantes-bolsistas qualificados, todavia, não se reverte, em termos de tendência, para o exercício profissional nas escolas da Educação Básica (ao menos, os números não permitem mensurar, de forma objetiva, a alocação profissional dos egressos, exceto a partir dos relatos dos/as coordenadores/as). A causa, em grande parte, se concentra na questão de, ao concluírem a graduação, os/as bolsistas, em parte, buscam seguir a carreira acadêmica no nível da pós-graduação, não ingressando na carreira como professor do Ensino Médio, situação que não condiz com os objetivos da política pública. Com isso, se estabelece uma lacuna na implementação, e na própria avaliação, pois não prevê ações de caráter mais efetivo para a inserção na Educação Básica dos/as estudantes que passaram pelo Programa.

O acompanhamento dos egressos (**Tabela 3** - Acompanhamento dos egressos/2012) foi realizado também a partir das respostas dos/as coordenadores/as institucionais do Pibid. As respostas tratam dos dados informados por 43% dos/as coordenadores/as institucionais, correspondendo a cerca de 124 do total de 288 projetos. A atuação na Educação Básica teve o maior número de respostas, 50. Sendo que outras 15 indicaram atuação na rede privada da Educação Básica. Do total, houveram 43 respostas que indicaram a ida dos egressos para a carreira acadêmica (21) e para a pós-graduação (22). Além de três respostas informando a desistência da docência, outras 31 reportaram não haver informações sobre a atuação profissional (Relatório de Gestão 2009-2013, p. 57).

**Tabela 3** - Acompanhamento dos egressos/2012

Onde estão	Respostas	(%)
Atuando na Educação Básica Pública	50	14.0
Cursando pós-graduação	22	6.1
Carreira acadêmica	21	5.8
Atuando na Educação Básica Privada	15	4.2
Desistiram da docência	3	0.8
Sem informações sobre a atuação profissional	31	8.7

Fonte: Elaboração própria a partir do Relatório de Gestão 2009-2013. N - 356 respostas (o cálculo percentual considera o número total de respostas, ainda que somente 43% dos/as coordenadores/as responderam sobre a questão do acompanhamento dos egressos. Consulta 2019.

Os dados apontam que somente 65 das respostas remetem ao exercício profissional na Educação Básica, sendo que não ficam claros os processos de aferição na rede pública. As demais 77 respostas assinalam outras alternativas (pós-graduação, carreira acadêmica e desistência da docência, além de 31 nas quais não há informação sobre o destino dos/as egressos/as.

Os números, além de limitados, segundo o próprio escopo da avaliação técnica oficial, indicam a necessidade de dados mais objetivos e abrangentes para embasar o processo de avaliação vinculatória entre o primeiro objetivo definido nos princípios norteadores do Programa, visando incentivar a formação de docentes em nível superior para a atuação profissional na Educação Básica.

Nesse contexto, a análise dos documentos e dados indica que a implementação do Pibid, enquanto política pública, apresenta alguns entraves na relação definida entre os seus objetivos, principalmente o de aprimorar a formação docente para o exercício profissional da Educação Básica e os resultados. Os mecanismos e estruturas de avaliação continuada e de mensuração articulada entre objetivos, metas e resultados, ao longo da implementação do Programa são pouco efetivos no sentido de acompanhamento dos egressos do Programa, situação evidenciada pelo percentual de respostas relativa do

tema, sendo que 43% dos/as coordenares/as institucionais abordam a questão (Relatório de Gestão 2009-2013, p. 57).

Desta forma, sem desconsiderar os demais resultados e a própria relevância do Programa, há uma série de entraves no processo de avaliação, que dificultam a mensuração do efeito da política pública na formação profissional voltada para a atuação na Educação Básica. Ou seja, os dados dos relatórios técnicos indicam uma série de resultados do Pibid nas escolas, nos cursos de licenciatura e na própria formação profissional dos/as discentes. Entretanto, os elementos relativos à inserção profissional dos egressos na Educação Básica não permitem a mensuração mais efetiva de um dos objetivos relevantes, o exercício profissional nas escolas, completando, em alguma medida, o processo de formação e qualificação, conectando-o com o direcionamento para o exercício profissional na Educação Básica.

A maioria (58,4%) dos/as coordenadores/as institucionais respondeu que não há instrumentos de acompanhamento e identificação dos/as egressos/as. O relatório indica diferenças entre as regiões. No Nordeste e Centro-Oeste, 56,7% e 51,5%, respectivamente, responderam que possuem mecanismos de acompanhamento, enquanto que no Sul apenas 28,2% e no Sudeste, 33%. O relatório também consta que, nas 'opiniões' dos/as coordenadores/as, 65% dos/as egressos/as atuam na Educação Básica. (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2014, p. 79)

A verificação dos resultados tendo como parâmetros as metas iniciais demanda um conjunto de dados que demonstrem, ou não, a sua efetividade, inclusive durante a implementação (ALA-HARJA E HELGASON, 2000).

Com isso, é possível considerar que dois parâmetros estruturam a análise sobre a avaliação do Pibid. O primeiro se constitui na aproximação entre escola e cursos de licenciatura, incluindo o desenvolvimento e qualificação do processo formativo dos/as futuros/as profissionais. O segundo parâmetro trata da inserção dos/as profissionais na Educação Básica, ainda que esta situação dependa de vários outros fatores, para além do próprio Programa.

Em contrapartida, mesmo levando em conta a argumentação de um processo avaliativo não voltado apenas para os aspectos gerenciais (DERLIEN, 2001; FARIA, 2005) e a complexidade, pelo grau de incerteza e ambiguidade, gerando problemas de coordenação e, por decorrência, de avaliação (ARRETCHE, 1998), a questão dos resultados é um fator relevante para mensurar e justificar as políticas públicas. A partir daí, é possível ponderar que, afora a importância de todos objetivos do Pibid, a sua centralidade enquanto política pública está na inserção profissional de seus egressos no Ensino Médio. E, por decorrência, esse elemento se constitui como imprescindível, embora não único, para a avaliação do Programa.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise dos documentos e dados indica que a implementação do Pibid enquanto política pública, apresenta entraves na relação definida entre alguns dos seus princípios norteadores e a mensuração dos resultados.

Além disso, grande parte dos dados utilizados para os processos de avaliação tem como base as respostas dos/as participantes. Ou seja, retratam, em determinado sentido, a percepção de pessoas diretamente envolvidas com o Programa.

Por outro lado, a avaliação vem sendo realizada com dimensões diferentes. Os documentos relativos ao período 2009 a 2013, especialmente nos anos 2012 e 2013, possuem um grande volume de dados, com a aplicação maciça de questionários aos/às coordenadores/as institucionais e de gestão, coordenadores/as de área, supervisores/as e bolsistas de iniciação à docência. No período posterior, os dados não possuem a mesma dimensão (ou, pelo menos, os documentos disponibilizados pela Capes não apresentam processos similares).

Os dados coletados no período 2009 a 2013 foram analisados e geraram documentos técnicos produzidos pela Fundação Carlos Chagas. Tais documentos incluem a análise das respostas dos questionários e dos relatórios produzidos pelos subprojetos e projetos que integram o Pibid.

Os mecanismos e estruturas de avaliação continuada e de mensuração articulada entre objetivos, metas e resultados, ao longo da implementação do Programa, contudo, são pouco efetivos no sentido de acompanhamento dos egressos do Programa. Os dados que tratam da questão, em grande parte, restringem-se às respostas dos/as coordenadores/as e supervisores/as. Não se verifica um processo de acompanhamento dos/as egressos. Os documentos, no mesmo sentido, sobre a questão da redução da evasão nos cursos de licenciatura mencionam os mesmos relatos.

Os números, portanto, que embasam a avaliação oficial do Programa são, em parte, elaborados a partir de dados produzidos pelos/as próprios/as participantes. Dados de caráter quantitativo, produzidos de forma independente, são pouco abrangentes e raros, especialmente em relação aos/as egressos/as.

Já a parte qualitativa da avaliação oficial aponta resultados positivos na formação docente e nas escolas que participam do Programa. Porém, tais dados, em geral, são produzidos a partir de estudos de caso e relatos de experiência, o que, em determinado sentido, não permite uma avaliação mais abrangente do Pibid.

Na mesma perspectiva, o trabalho desenvolvido pela Fundação Carlos Chagas define como maior problema relativo ao Programa as poucas possibilidades de acesso e manutenção na carreira profissional docente na Educação Básica. Por decorrência das dificuldades e obstáculos, incluindo número de vagas, plano de carreira, remuneração e condições de trabalho, a carreira no magistério torna-se pouco atrativa.

Não obstante a isso, é possível verificar a existência de uma lacuna no processo de implementação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, situação que pode ser observada na própria avaliação. Não há ações, de forma mais abrangente, prevendo a inserção na Educação Básica dos/as estudantes que passaram pelo Programa. Ainda que esta situação dependa de vários outros fatores, para além do próprio Programa, é um elemento importante no processo de avaliação da política pública, levando em conta uma das suas finalidades principais: aprimorar a formação para o exercício profissional nas escolas.



## REFERÊNCIAS

- ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. **Em direção às melhores práticas de avaliação.** *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.
- ARRETCHE, Marta. **Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Relatório de Gestão 2009-2013**, da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB, órgão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior– Capes. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/2562014-relatorio-DEB-2013-web.pdf>. Acesso: outubro de 2019.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Relatório de Gestão do Exercício de 2017.** Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB, órgão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. 2018. Disponível em: [https://capes.gov.br/images/banners/18092018\\_Relat%C3%B3rio\\_de\\_Gest%C3%A3o\\_CAPES\\_2017.pdf](https://capes.gov.br/images/banners/18092018_Relat%C3%B3rio_de_Gest%C3%A3o_CAPES_2017.pdf). Acesso: outubro de 2019.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Relatório de Gestão DEB 2009 – 2014.** Volumes I e II. 2014. Disponíveis em: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/20150818\\_DEB-relatorio-de-gestao-vol-1-com-anexos.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/20150818_DEB-relatorio-de-gestao-vol-1-com-anexos.pdf)  
[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/20150818\\_DEB-relatorio-de-gestao-vol-2-com-anexos.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/20150818_DEB-relatorio-de-gestao-vol-2-com-anexos.pdf)  
Acessos: outubro de 2019.
- DERLIEN, Hans-Ulrich. **Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas.** *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 105-122, jan./mar. 2001.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **A política da avaliação de políticas públicas.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005
- FREY, Klaus. **Políticas Públicas:** um Debate Conceitual e Reflexões Referentes à Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 21, 2000.
- HOWLETT, Michael; RAMESH, M; PERL, Anthony. **Política Pública:** seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Idéias, conhecimento e políticas públicas:** um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-29, fev. 2003.
- JOHN, Peter. Institutional Approaches. In P. John (Ed.) **Analysing public policy.** London: Continuum. 2000.
- LASWELL, Harold. **Politics:** Who Gets What, When, How. Cleveland: Meridian Books. 1958.



- LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis.** Santa Monica: Goodyear. 1980.
- LOWI, Theodore. **Four Systems of Policy, Politics and Choice.** Public Administration Review, 32: 298-310. 1972.
- MOKATE, Karen Marie. Convirtiendo el “monstruo” en aliado: la evaluación como herramienta de la gerencia social. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 53, n. 1, p. 89-131, jan./mar. 2002.
- PETERS, B. G.. **American Public Policy.** Chatham: Chatham House. 1986.
- TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. **Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro 42(3):529-50, maio/jun. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf> . Acesso: novembro de 2018.
- SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, ano 8, n. 36. 2006. FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid).** / Bernardete A. Gatti; Marli E. D. A. André; Nelson A. S. Gimenes; Laurizete Ferragut, pesquisadores. São Paulo: FCC/SEP, 2014. Disponível em <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/24112014-pibid-arquivoAnexado.pdf>. Acesso: setembro de 2019.
- \_\_\_\_\_ Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate.** São Paulo: Cortez, 1998. p. 29-39.
- THOENIG, Jean-Claude. **A avaliação como conhecimento utilizável para reformas de gestão pública.** Revista do Serviço Público, Brasília, v. 51, n. 2, p. 54-70, abr./jun. 2000.

Submissão: Setembro 2021

Publicação: Dezembro 2021